Orçamento, guerra e resistência: as múltiplas crises globais e o papel da sociedade civil

Presupuesto, guerra y resistencia: las múltiples crisis globales y el papel de la sociedad civil

Budget, War, and Resistance: The Multiple Global Crises and the Role of Civil Society

Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho

Resumo. Neste informe, em nossa seção de Panorama Político-Econômico, analisamos as contradições do Orçamento Climático de 2026, que financia a transição verde com recursos do petróleo enquanto o Congresso corta verbas de adaptação, revelando a urgência de vincular o direito fiscal ao direito climático. Em contraste, os povos indígenas apresentam uma proposta ousada de eliminação dos combustíveis fósseis durante o Acampamento Terra Livre, colocando territórios e direitos no centro da estratégia global. O custo climático da guerra é escancarado: emissões militares opacas e subnotificadas agravam a crise, enquanto cerca de 15% dos gastos militares anuais cobririam toda a adaptação climática no Sul Global. Diante do avanço do fascismo e do imperialismo na América Latina, a sociedade civil resiste com teimosia e inovação, assegurando espaços de denúncia e construção de alternativas. As Spring Meetings do FMI são um momento de prestação de contas para reformar um sistema de quotas que exclui os mais vulneráveis. Em nossa seção de Saúde, continuamos a expor o genocídio em curso em Gaza, que atualmente ultrapassa 72.000 mortes, com Israel assassinando sistematicamente jornalistas – tornando-se o maior assassino de jornalistas desde 1992. Na Europa, a austeridade e a privatização estão colapsando os sistemas públicos de saúde, deixando um quarto da população sem acesso a cuidados.

Palavras-chave: Orçamento Climático. Povos indígenas. Custo climático da guerra. Spring Meetings do FMI. Genocídio em Gaza

Resumen. *En este informe, en nuestra sección de Panorama político-económico, analizamos las contradicciones del Presupuesto Climático de 2026, que financia la transición verde con recursos del petróleo mientras el Congreso recorta los fondos para la adaptación, lo que pone de manifiesto la urgencia de vincular el derecho fiscal con el derecho climático. En contraste, los pueblos indígenas presentan una propuesta audaz para eliminar los combustibles fósiles durante el Acampamento Terra Livre, colocando los territorios y los derechos en el centro de la estrategia global. El costo climático de la guerra es evidente: las emisiones militares opacas y subnotificadas agravan la crisis, mientras que alrededor del 15 % del gasto militar anual cubriría toda la adaptación climática en el Sur Global. Ante el avance del fascismo y el imperialismo en América Latina, la sociedad civil resiste con tenacidad e innovación, asegurando espacios de denuncia y construcción de alternativas. Las Reuniones de Primavera del FMI son un momento de rendición de cuentas para reformar un sistema de cuotas que excluye a los más vulnerables. En nuestra sección de Salud, seguimos denunciando el genocidio en curso en Gaza, que actualmente supera las 72 000 muertes, con Israel asesinando sistemáticamente a periodistas, lo que lo convierte en el mayor asesino de periodistas desde 1992. En Europa, la austeridad y la privatización están*

colapsando los sistemas públicos de salud, dejando a una cuarta parte de la población sin acceso a la atención médica.

Palabras clave: *Presupuesto climático. Pueblos indígenas. Costo climático de la guerra. Reuniones de primavera del FMI. Genocidio en Gaza*

Abstract. *For this report, on our Political-Economic Overview section, we analyze the contradictions of the 2026 Climate Budget, which finances the green transition with oil resources while Congress cuts adaptation funds, revealing the urgency of linking fiscal law and climate law. In contrast, indigenous peoples present a bold proposal to eliminate fossil fuels during the Free Land Camp, placing territories and rights at the center of the global strategy. The climate cost of war is exposed: opaque and underreported military emissions worsen the crisis, while about 15% of annual military spending would cover all climate adaptation in the Global South. Faced with the advance of fascism and imperialism in Latin America, civil society resists with stubbornness and innovation, ensuring spaces for denunciation and the construction of alternatives. The IMF Spring Meetings are a moment of accountability to reform a quota system that excludes the most vulnerable. For our Health section, we keep exposing the on going genocide in Gaza exceeds that currently exceeds 72,000 deaths, with Israel systematically assassinating journalists – becoming the biggest killer of journalists since 1992. In Europe, austerity and privatization are collapsing public health systems, leaving a quarter of the population without access to care.*

Keywords: *Climate Budget. Indigenous peoples. Climate cost of war. IMF Spring Meetings. Genocide in Gaza*

Panorama político-econômico

Neste informe, no bloco de Panorama político-econômico, trazemos publicações sobre a adaptação climática frente à crise, as propostas dos povos indígenas de superação dos combustíveis fósseis no Acampamento Terra Livre (e há meses de distância de Santa Marta) junto de relatórios sobre o custo climático da guerra. Trazemos também um artigo de opinião sobre a importância e o papel da sociedade civil frente aos desafios enfrentados pela região da América Latina e, por fim, análises sobre as – ainda por acontecer – *Spring Meetings* do FMI.

A análise do Instituto Talanoa sobre o Orçamento da União para 2026 revela contradições profundas na alocação dos recursos públicos para o enfrentamento da crise climática – elucidando a necessidade de vincular o direito fiscal ao direito climático com ainda mais afinco. O relatório analisa "O aumento expressivo do dinheiro público destinado a financiar a transição para a economia de baixo carbono, via Fundo Clima, e a ação do Congresso Nacional para reduzir autorizações de gastos para construir cisternas, conter encostas e inundações e financiar o sistema de alertas a desastres marcam o Orçamento da União para 2026.", ano em que o Fundo Clima bateu um novo recorde e saltou de R$ 26,5 bilhões para R$ 42,5 bilhões. No entanto, mais de sete a cada dez reais desse valor vêm de recursos do petróleo, que passam a constituir a principal fonte de dinheiro para a transição. Trata-se de uma contradição central: financiar a transição energética com dinheiro dos combustíveis fósseis.

O relatório aponta também que ações voltadas ao enfrentamento da principal fonte de emissão de gases de efeito estufa e à conservação da floresta, central para o Plano Clima, terminam com menos recursos orçamentários do que a agropecuária. Além disso, os gastos públicos destinados a promover resiliência e conter danos das mudanças climáticas são limitados, assim como aqueles destinados ao saneamento básico.

“A análise feita com base nos critérios acima mostra que o Fundo Clima constitui a grande fonte de financiamento climático do país, detendo a quase totalidade dos recursos do programa intitulado Enfrentamento da Emergência Climática. As ações voltadas ao enfrentamento da principal fonte de emissão de gases de efeito estufa e à conservação da floresta, principal pilar do Plano Clima, conta com menos recursos orçamentários do que a agropecuária, onde os recursos que contribuem para aumentar as emissões aparecem misturados aos que podem ajudar a conter o aquecimento global. Sem considerar os gastos que podem contribuir para a adaptação, mas sem indicação clara na área da saúde, por exemplo, os gastos públicos destinados a promover resiliência e conter danos das mudanças climáticas mostram-se limitados, assim como aqueles destinados ao saneamento básico, diretamente relacionados às emissões por resíduos. Nos setores de energia e nova industrialização, não é possível aferir o que contribui para melhorar ou piorar as emissões brasileiras.”

O Congresso Nacional atuou no sentido oposto ao necessário, se mostrando como uma máquina de retrocesso climático: "No mesmo ano em que emendas parlamentares somam R$ 49,9 bilhões e capturam uma fatia significativa dos gastos públicos, deputados e senadores reduziram a previsão de gastos para o sistema de alertas de desastres naturais, para conter inundações e erosões marinhas e até para a construção de cisternas para consumo humano e produção de alimentos."

Enquanto as escolhas orçamentárias apontam em direções contraditórias, a população brasileira já demonstra uma compreensão avançada sobre a necessidade de adaptação climática. Uma pesquisa do mesmo instituto em parceria com a Ipsos revela que um em cada quatro brasileiros das classes A, B e C afirma que já precisou sair de casa em decorrência de um evento extremo. Entre as experiências recentes de impacto climático: ondas de calor, falta de energia e tempestade.

O estudo mostra que "a população aprova a ideia de que novas construções devam considerar as mudanças climáticas. A medida tem apoio de 63% dos entrevistados. A aprovação cresce para 76% se a obra for financiada por recursos públicos." Portanto, "a exigência de padrões de adaptação já é socialmente legitimada, ainda que provoque aumento de custos."

O nível de apoio permanece alto mesmo que as medidas impliquem transtornos imediatos. "Dois terços da população declaram apoiá-las ainda que provoquem perturbações no cotidiano, enquanto a oposição se mantém residual (9%)." O apoio à adaptação "é elevado e consistente em todas as regiões do país, variando de 58% no Centro-Oeste a 73% no Sul." A pesquisa contou com 1.000 entrevistas por meio de painel online, em dezembro de 2025, com amostragem nacional representativa das classes A, B e C, representando mais de 65% da população brasileira.

As quatro conclusões e recomendações finais:

1. “Legitimidade social sem prioridade concreta: Embora a sociedade brasileira reconheça que as mudanças climáticas já impactam o dia a dia e que investir em adaptação "vale a pena", esse entendimento ainda não se transformou em um senso de urgência compartilhado. O tema é visto como "importante em tese", mas acaba sendo postergado em favor de outras decisões, o que exige o desafio de transformar a adaptação em uma prioridade prática.
2. Gargalo na confiança e execução: O maior obstáculo para o avanço da agenda não é a falta de apoio social — que é alto, mesmo quando envolve custos ou transtornos —, mas sim a baixa confiança na capacidade de execução dos governos e empresas.

A percepção dominante é que esses atores fazem "muito pouco", e a desconfiança sobre o uso de recursos públicos aparece como a principal barreira ao engajamento da população.

3. Debate emocionalmente carregado e pouco acionável: A relação da sociedade com o tema é estruturada por sentimentos negativos, como tristeza, ansiedade e frustração política, com baixa conversão desses sentimentos em ações concretas. Para avançar, é recomendado reorganizar o debate em torno de clareza e eficácia percebida, reduzindo o ruído político que atualmente paralisa a mobilização.
4. Tradução da adaptação como proteção do cotidiano: A agenda climática ganha força quando deixa de ser um discurso abstrato ou técnico e passa a ser comunicada como proteção da saúde, da economia doméstica e da qualidade de vida urbana. A adaptação é mais bem aceita quando apresentada como um critério básico de boa gestão pública e infraestrutura, funcionando como uma linguagem comum que conecta as políticas públicas à vida real das pessoas."

Enquanto o orçamento federal ainda se financia com petróleo e o Congresso corta verbas da adaptação, os povos indígenas lideram o caminho e apresentaram uma proposta ousada durante o 22º Acampamento Terra Livre, realizado entre os dias 5 e 11 de abril em Brasília. O documento, intitulado "Recomendações dos Povos Indígenas do Brasil para a construção de um Mapa do Caminho Global para Além dos Combustíveis Fósseis", contém sete recomendações centrais que desafiam a lógica de mercado que capturou o meio ambiente (e a grande maioria das possibilidades "verdes"):

1. Fim da expansão exploratória e eliminação gradual: Exige o fim imediato da criação de novas áreas de exploração e a eliminação progressiva da produção e consumo de petróleo, gás e carvão. Propõe um acordo global vinculante para o *phase-out* (eliminação gradual) alinhado à meta de 1,5°C, com cronogramas que respeitem as responsabilidades históricas de cada país.
2. Centralidade dos territórios indígenas e zonas de exclusão: Propõe a criação de Zonas Livres de Combustíveis Fósseis (FFZs) em áreas de alta biodiversidade e territórios indígenas. Biomas estratégicos, como a Amazônia, devem ser considerados zonas de exclusão total da expansão fóssil, tanto em terra (*onshore*) quanto no mar (*offshore*).
3. Direitos dos Povos Indígenas como pilar da transição: Os direitos indígenas devem ser elementos estruturantes das políticas climáticas, e não meras salvaguardas. Isso inclui o respeito ao direito à Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) e o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos políticos e coautores da governança climática global.
4. Justiça climática e responsabilidades diferenciadas: Países desenvolvidos e grandes consumidores históricos devem liderar a eliminação dos fósseis. A transição deve evitar repetir padrões de desigualdade e exploração entre o Norte e o Sul Global, garantindo que o processo não gere um ônus desproporcional para países em desenvolvimento.
5. Financiamento e mecanismos econômicos justos: Defende a criação de mecanismos como um imposto global sobre lucros extraordinários da indústria fóssil e a troca de dívida por ação climática. É fundamental garantir o acesso

direto de recursos aos povos indígenas e o financiamento de projetos locais descentralizados de energia renovável.

6. Acesso a tecnologias e novos modelos de desenvolvimento: Propõe a remoção de barreiras tecnológicas, como patentes, para garantir acesso equitativo a energias renováveis. Incentiva modelos baseados na bioeconomia e nos conhecimentos tradicionais, vinculando a transição energética à superação da pobreza e das desigualdades estruturais.
7. Integração entre clima, biodiversidade e territórios: Recomenda uma abordagem que articule a crise climática e a perda de biodiversidade de forma conjunta. O roteiro global deve estar alinhado com metas de proteção da natureza (como o 30x30) e políticas de combate ao desmatamento, reconhecendo a proteção dos territórios indígenas como uma das estratégias climáticas mais eficaz

Se a população já está aberta a dialogar sobre e há um caminho, como chegamos lá? *Lobby*, mas o *lobby* bonzinho. Para conquistar corações mentes, como diria Fidel, é necessário disputar narrativas, é necessário incidir sobre a esfera pública e sobre os tomadores de decisão. E é isso que a terceira edição do *Italian Climate Incubator*, iniciada em 6 de março, fez ao reunir organizações do Terceiro Setor ativas na luta contra a crise climática. O *The Good Lobby*, organização que promove a iniciativa, atua na Itália desde 2019 com o objetivo de "fomentar a democracia, especialmente fortalecendo as habilidades de ativistas e organizações de lobby cívico" e "dissipar o preconceito de que o lobby é necessariamente 'ruim'." Para a organização, o lobby é "um pré-requisito para a democracia" e "um exercício de participação voltado para o bem comum."

O programa inclui seis módulos de treinamento muito interessantes, abordando desde como identificar e definir o objeto da minha campanha de *advocacy* e como mapear os atores envolvidos no meu ciclo de advocacia até estratégias de campanha, organização comunitária, mídia e narrativas digitais, litígios climáticos (estratégia amplamente usada atualmente) e táticas de captação de fundos.

Discutir justiça fiscal e alternativas de adaptação é essencial, porém, essencial também é pensar na paz como a maior aliada ecológica, uma vez que: a guerra segue sendo um vetor crítico das mudanças climáticas – e um dos mais invisibilizados. As emissões militares são vetores críticos das mudanças climáticas. O aumento e intensidade dos conflitos atuais levou ao aumento das emissões e isso, somado à baixa transparência dos dados, faz da indústria da guerra um problema cada vez mais relevante, mas pouco visível, no debate climático.

“CERCA DE 15% DOS GASTOS MILITARES ANUAIS COBRIRIAM TODA A ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA NO SUL GLOBAL.

Ecossistemas:

- Milhões de hectares de áreas naturais afetadas por conflitos
- Perda de biodiversidade e menor absorção de carbono

Populações

- Deslocamentos forçados em massa em zonas de conflito
- Colapso de água e saneamento amplia a vulnerabilidade climática

Sistemas globais

- Conflitos alteram fluxos energéticos, rotas e cadeias produtivas
- Efeitos diretos ampliam emissões e ultrapassam fronteira”

O relatório aponta um problema estrutural de brecha institucional: "as emissões militares são apenas parcialmente contabilizadas nos inventários nacionais. Embora o Acordo de Paris preveja sua inclusão, o reporte é voluntário e limitado, deixando de fora atividades relevantes e criando uma lacuna significativa na mensuração do impacto climático da guerra."

Diante desse quadro – orçamentos contraditórios, guerra, emissões militares opacas, avanço do fascismo, o papel da sociedade civil na América Latina se torna ainda mais crucial, como escrevem Ana Romero Cano, Patricia Viera-Bravo e Eduardo Gudynas. Reproduzimos, na íntegra, o texto traduzido:

“Talvez se pudesse pensar que é um exagero refletir sobre os avatares da sociedade civil latino-americana. Poderia se pensar que as prioridades são outras, já que o mundo sofre com diferentes guerras ou quando a extrema direita avança em distintos países. Mas é justamente por essas razões que é da maior importância refletir sobre os contextos nos quais a sociedade civil atua e se organiza. Não pode passar despercebido que os grupos cidadãos organizados não somente conseguem sobreviver sob as atuais circunstâncias prementes, mas também continuam sendo promotores de mudança. A seguir, abordamos essa temática, sem pretender esgotar todos os assuntos, mas examinando alguns daqueles que consideramos destacados, aproveitando que cada um de nós observa essas situações desde diferentes países e com distintas experiências.

O cataclismo global

A ordem internacional que se comprometia com a resolução pacífica das controvérsias, a salvaguarda dos direitos humanos e uma institucionalidade multilateral ruiu. É certo que as organizações cidadãs latino-americanas escutaram essa pregação por anos, especialmente desde os países ricos do Norte, apontando as hipocrisias em seu cumprimento, já que se impunham todo tipo de armadilhas e pressões para obter vantagens. Mas o que ocorre agora é muito mais grave, e especialmente pelos discursos e ações da administração Trump nos Estados Unidos que abertamente convoca a reinstalar um imperialismo, e além disso focado na América Latina.

Esse componente e outros determinam uma reconfiguração geopolítica, que debilitou ou tornou inoperantes os mecanismos institucionais internacionais. Como consequência, a América Latina segue sendo um espaço de disputa por seus recursos naturais, de um lado sob as práticas coercitivas e neocoloniais de Washington, e do outro lado, pelos intensos laços de comércio, investimentos e infraestrutura com a China.

As pressões pelos recursos naturais latino-americanos se multiplicaram. É conhecido o caso da apetência por certos minerais para programas de reconversão energética ou para usos militares, como o lítio, o que provocou uma regressão em direitos humanos e políticas ambientais no Chile, Argentina e Bolívia. Simultaneamente, a instabilidade financeira e as incertezas comerciais que se originam em Washington dispararam a mineração de ouro e prata, o que por sua vez provocou denúncias e protestos cidadãos diante da disseminação de um extrativismo ilegal, cada vez mais violento, e com altos impactos em contaminação por mercúrio e desmatamento nas regiões andino-amazônicas. A complexidade dos cenários no comércio exterior é aproveitada por distintos atores para atacar as organizações cidadãs, repetindo o conhecido argumento de que põem em risco os negócios de exportação.

Imersos em uma política que se desfia

As condições globais se dão as mãos com as novas circunstâncias que se vivem dentro dos países, reforçando-se entre elas. Desde um olhar cidadão, observam-se repetidas crises na governança, enfraquecimento do Estado e uma erosão dos fundamentos e do funcionamento da política como atividade coletiva pelo bem comum.

Padecemos de uma regressão para posturas político-partidárias muito conservadoras, como na Bolívia, ou as extremas direitas nos governos da Argentina, Chile e Equador. Não se pode esquecer que foram votadas por proporções significativas da cidadania, como ocorreu antes com Jair Bolsonaro no Brasil ou Nayib Bukele em El Salvador. Essas condições alimentam uma deterioração política generalizada, e talvez a situação no Peru seja sua expressão mais evidente.

Com efeito, naquele país se sucederam oito presidências entre 2016 e 2026, com uma altíssima rotação nas hierarquias estatais e um rechaço generalizado aos atores político-partidários. É como se as instituições se dissolvessem ao mesmo tempo que desmorona a confiança nos espaços políticos, enquanto o país segue funcionando com certa estabilidade econômica.

À medida que a política formal se desfia, prevalecem as redes de corrupção, as portas giratórias entre empresas e governo, e a captura corporativa das capacidades de regulação e gestão estatal. Nessa dinâmica, os líderes e as organizações cidadãs ficam cada vez mais desamparados. As salvaguardas dos direitos, os canais de informação e participação, e inclusive a segurança, são debilitados, recortados ou flagrantemente descumpridos. A cobertura dos sistemas de justiça é limitada, falha ou é cooptada. Flexibilizam-se controles e exigências, ou desmontam-se direitos em saúde, trabalho ou ambiente, como acaba de ocorrer na Argentina com a reforma trabalhista de Javier Milei. Os efeitos negativos, tais como a precarização do emprego, dificuldades em acessar a moradia ou péssimos sistemas de saúde e educação pública, acumulam-se sobre a sociedade civil.

Essas mesmas condições, assim como os autoritarismos, provocaram ondas migratórias no continente, cujos protagonistas em muitos casos são culpabilizados pelos problemas nacionais, reforçando-se narrativas que os criminalizam. Infelizmente, alguns setores cidadãos participam e alimentam essas atitudes.

Nessas circunstâncias, expandem-se redes ilegais de todo tipo. Sua análise vai além do propósito do presente artigo, mas a questão que não pode ser evitada é que essa proliferação também envolve atores cidadãos. Conformam-se organizações criminosas, ponhamos por caso em um bairro marginal de uma cidade ou entre mineradores ilegais de ouro, os quais de distintos modos pressionam contra associações de bairro ou comunidades camponesas ou indígenas. Estouram conflitos no seio da sociedade civil, sob a inefetividade estatal, e desemboca-se em mais corrupção e violência.

Esses e outros assuntos nem sempre são atendidos com propriedade. Amplos setores cidadãos estão bombardeados por mensagens e imagens desde as redes sociais, gerados por algoritmos que terminam sendo mais efetivos em desinformar, e o papel da deliberação coletiva é substituído pelas mensagens e vídeos nos celulares. Constrói-se novos "sentidos comuns" que em uns casos validam políticas conservadoras, inclusive antidemocráticas, e em outros festejam a violência, e inclusive celebram a morte.

Diversidade temática e fragmentação organizativa

Como é sabido, no seio da sociedade civil se diferenciaram entre velhos e novos movimentos sociais, onde cada um, por sua vez, contém uma grande diversidade. Entre as expressões clássicas, um exemplo conhecido são os sindicatos. É muito positivo que tenham conseguido manter sua representatividade e fortaleza, como ocorre em alguns países do Cone Sul ou México, mas de todos os modos enfrentam desafios. Um é que sua cobertura e presença não ganhem fortaleza em outros países, como na região Andina, apesar das repetidas crises vividas ali. Outro exemplo reside em que a confluência entre governos progressistas e organizações sindicais, em vários casos, desembocou em planos funcionais a esses governos, o que debilitou todo o movimento.

Entre os que se chamavam "novos" movimentos sociais, contam-se, por exemplo, os coletivos sobre gênero, ambiente, direitos humanos, economia solidária, etc. São organizações que se articulam a partir de interesses compartilhados, por afinidades ideológicas ou por proximidade geográfica. Aqui também deve ser celebrada essa diversidade, mas se devem reconhecer algumas dificuldades. Entre elas se contam os problemas em assegurar coordenações substantivas, o que reduz a efetividade em seus reclamos. Persistem as distâncias entre muitos desses "novos" movimentos com "velhas" organizações, como os sindicatos. Inclusive segue não sendo simples que se assumam demandas de outros coletivos, como os de gênero, já que parecesse existir uma divisão implícita de tarefas, esperando-se que os grupos de mulheres se encarreguem do feminismo como se isso excluísse ou exonerasse os restantes movimentos.

Este breve repasso mostra que persiste a rebeldia no seio da sociedade civil, o que leva a que distintos coletivos se organizem para encarar os problemas que consideram mais graves. Mas ao mesmo tempo, prevalecem reclamos pontuais ou agendas setoriais, já que não são simples as articulações de grande amplitude. As reflexões, para além dos interesses próprios, envolvendo vários movimentos, nem sempre frutificam.

Numa mirada mais ampla, essa problemática por sua vez está imersa na redução do espaço cívico e estigmatização da sociedade civil organizada. Nos últimos anos, observamos em vários países um processo sustentado de restrição do agir de organizações sociais, tanto mediante reformas normativas como através de campanhas de deslegitimação levadas adiante por governos, empresas e meios de comunicação. As novas direitas têm sido particularmente insistentes nesses ataques. Ao mesmo tempo, aplicam-se reformas normativas que limitam a independência das organizações cidadãs submetendo-as ao controle governamental. Um claro exemplo ocorreu no Peru com uma lei que ampliou a supervisão e controle das organizações cidadãs obrigando-as a informar e solicitar permissos prévios para qualquer ação financiada pela cooperação internacional. Dando um passo além, observa-se a criminalização da protesta, o uso instrumental do sistema penal contra defensores e defensoras de direitos humanos, e as narrativas que apresentam a sociedade civil como obstáculo ao "desenvolvimento". Os convênios internacionais que salvaguardam os direitos humanos, e inclusive alguns mais recentes como o Acordo de Escazú, são descumpridos em muitos casos e em outros não são ratificados.

Desemboca-se desse modo em um estado de indefensão daquelas pessoas que lideram ações cidadãs de denúncia, protesta ou oposição. O Estado, em lugar de defendê-los, os hostiliza; o sistema de justiça, em lugar de protegê-los, alimenta a impunidade, e tudo isso desemboca em mais violência. Isso explica que a América Latina siga liderando os rankings

mundiais de assassinatos de militantes sociais e ambientais. O ativismo cidadão tem custos potenciais enormes, que vão desde lidar com julgamentos eternos que drenam o tempo e o dinheiro de pessoas que podem ser simples vizinhos de um bairro ou dirigente de uma comunidade, até chegar aos extremos de ser espiados, raptados, golpeados ou, inclusive, assassinados.

Encontros e desencontros entre sociedade civil e sociedade política

As que tradicionalmente se delimitam como diferentes, a sociedade política e a sociedade civil, na realidade mantêm sobreposições e múltiplas relações, que não deixaram de se complexificar. Por um lado, é muito clara a hostilidade de muitos agrupamentos político-partidários ante as organizações cidadãs, especialmente aqueles que se focam nos direitos ou na justiça. Um recente exemplo foi a perseguição do governo Noboa no Equador contra líderes e grupos indígenas e ambientalistas, investigando-os por terrorismo para assim desmontar suas denúncias sobre a mineração e os descumprimentos presidenciais de terminar com a exploração petrolífera na Amazônia.

Por outro lado, estão as implicações dos ativistas cidadãos que decidem priorizar a militância partidária ou se somam a um governo. Isso foi muito evidente na primeira onda de governos progressistas, ao incorporar muitos atores que provinham da sociedade civil. O balanço daquelas experiências poderia se dizer que foi negativo na mirada de muitos na sociedade civil. As experiências mais recentes, por exemplo, com as administrações progressistas no México, Bolívia, Chile, Colômbia e Brasil, revelam problemas similares. Sem deixar de reconhecer as dificuldades que esses progressismos devem enfrentar, quando ocorrem dissociações ou contradições entre os discursos e as ações concretas, as tensões entre sociedade política e sociedade civil reapareceram.

As viradas políticas também afetaram a sociedade civil. O caso chileno é ilustrativo, já que o governo de Gabriel Boric se instala após o estouro social de 2019 que reclamava mudanças substanciais e uma nova constituição. Isso se desmoronou, e em boa medida foi responsabilidade do progressismo governante, que além disso somou outras medidas para controlar a protesta social, proteger as forças policiais ou favorecer os extrativismos.

Fica em evidência, por essas ou outras circunstâncias, a importância de assegurar que os coletivos cidadãos se mantenham independentes, seja dos poderes estabelecidos em governos ou partidos, como daqueles de empresas ou meios de comunicação. Sem dúvida, é uma questão complexa, na medida em que é impossível pretender que não existam sobreposições com esses outros âmbitos, nem se pretende questionar que um ativista, por exemplo, em um grupo de bairro, decida militar em um partido político. Em contrapartida, o que aqui se sublinha é a necessária posição de independência dos coletivos organizados frente a esses outros poderes.

É certo que a sociedade civil, em suas práticas, faz política, embora de outros modos e com distintos compromissos. As metas não estão em assegurar recrutar votantes, devolver promessas de campanha ou servir como canal para negociações. Em contrapartida, pretendem reforçar interesses coletivos, e isso a converte em um dos poucos antídotos que seguem operando contra o descrédito e o desinteresse pela política em nossos países. Isso é evidente ali onde muitas organizações recebem cada vez mais demandas de ajuda ou assistência, multiplicadas pelas falhas e ineficiências dos partidos políticos e do Estado.

Resiliência e inovação

Como se pode ver, a sociedade civil enfrenta um contexto cada vez mais severo. O Estado perde capacidade para supervisionar e fazer cumprir as normas que salvaguardam direitos, o sistema de justiça se debilita ainda mais, e as decisões se tornam mais discricionárias. A política, em seu amplo sentido, se deteriora: muitos estão fartos dos partidos, resignam-se à corrupção e à ineficiência, e se enclausuram em suas vidas privadas. Outros, em contrapartida, organizam-se em coletivos que denunciam esse estado de coisas, mas ao mesmo tempo têm menos espaços para evitar distintos impactos ou para reformar a gestão. Não só isso, mas são perseguidos e inclusive são assassinados.

Ao se desmontarem as políticas públicas, também se dissemina um senso comum que se desinteressa da ação coletiva, e isso é possivelmente o processo mais grave que está em marcha. De alguma maneira, vive-se uma nova onda de individualismos, típicos de subjetividades neoliberais, tingidos pelo egoísmo, como ocorria na década de 1990.

Isso facilita que se expandam e reforcem outro tipo de vinculações, como as redes ilegais e organizações criminosas, com institucionalidades paralelas, controlando amplos territórios, até chegar ao que alguns descrevem como governança híbrida. As expressões mais conhecidas remetem ao narcotráfico, e agora à mineração ilegal. Escudam-se na violência e isso se reflete na altíssima taxa de homicídios na América Latina. Esses grupos também se enfrentam à sociedade civil organizada. Em uns lugares torpedeiam, ponhamos por caso, os trabalhos de bairro de solidariedade e assistência, em outros cooptam camponeses para que lhes sirvam como mão de obra, e assim sucessivamente, e quando o consideram necessário, os submetem à violência.

Isso faz com que as organizações cidadãs estejam sob pressões muito duras, tanto pela incapacidade ou perseguição estatal, como por essa hostilização destes agrupamentos criminais. Tudo isso embebido na violência, e que o Estado, e em particular os políticos de direita, aproveitam para legitimar agendas ainda mais autoritárias.

São problemas tão enormes que geram por momentos uma atmosfera sufocante para os militantes cidadãos. Poderia se concluir que é quase um milagre que continuem existindo organizações locais, redes ou qualquer outro tipo de manifestação social independente que continue batalhando pela justiça. Mas elas seguem presentes, desde coletivos focados na agroecologia até cooperativas de ajuda mútua, desde grupos em defesa dos direitos humanos até as federações de povos indígenas, e assim sucessivamente. São grupos que se mobilizam, marcham em caminhos ou difundem seus reclamos nos meios de comunicação, exibem com orgulho seus êxitos e carregam com suas derrotas.

Apesar de tudo, os coletivos cidadãos seguem presentes. Há uma teimosia que os anima a resistir, renovando-se uma e outra vez, apoiados nas tradições latino-americanas de solidariedade. São resilientes e ao mesmo tempo seguem sendo as maiores provedoras de inovações, muito mais que os partidos políticos ou a academia. Em umas circunstâncias onde se vira para posições cada vez mais conservadoras, que não têm vergonha de renegar a justiça, são as organizações cidadãs as que asseguram os espaços de resistência e denúncia, as que assistem em momentos de emergência, e as que alumiam caminhos alternativos."

Enquanto a sociedade civil resiste, as instituições financeiras internacionais seguem com suas agendas normais, ignorando o mundo em crise. As *Spring Meetings* do FMI, ainda por acontecer, são analisadas por Attiya Warris, especialista independente da ONU sobre dívida

externa. Ela aponta a necessidade de três reformas estruturais do Fundo: a primeira é uma nova fórmula de quotas que proporcione maior poder de voto às economias emergentes e em desenvolvimento. A segunda reforma seria assegurar que as populações afetadas devem poder moldar a estrutura dos programas do FMI, não apenas ser consultadas após os termos serem definidos. Por último, deve haver uma mudança de uma governança fiscal baseada no comprimento para uma baseada na legitimidade.

"Como especialista independente da ONU sobre dívida externa, outras obrigações financeiras internacionais e direitos humanos, passei quase cinco anos documentando essa assimetria, que é consistente demais para ser ignorada." Seu trabalho na Argentina mostrou como "programas sucessivos do FMI — concebidos sem uma contribuição significativa da população afetada — aprofundaram uma armadilha de dívida que agora é a maior exposição do Fundo. O mais recente programa standby de US$20 bilhões do país foi aprovado por decreto executivo, contornando seu legislativo.

Minha comunicação ao Reino Unido sobre seu tratado fiscal da era colonial com Serra Leoa destacou como acordos bilaterais negociados décadas atrás continuam a drenar a capacidade fiscal de países que nunca estiveram em posição de definir os termos. Da mesma forma, minhas cartas aos governos europeus — incluindo França, Alemanha e Reino Unido — sobre seus cortes simultâneos na assistência oficial ao desenvolvimento notaram que as populações que arcam com esses custos não tiveram assento na mesa quando as decisões foram tomadas

Esses não são fracassos isolados. São sintomas de uma estrutura de governança na qual os mais vulneráveis não têm voz. Em nenhum lugar isso é mais evidente do que no sistema de quotas do FMI. As quotas determinam quanto um país pode pedir emprestado, sua participação nos Direitos Especiais de Saque (o ativo de reserva do FMI) e, crucialmente, quanto seu voto vale. A 16ª Revisão Geral de Quotas, concluída no final de 2023, injetou 50% mais recursos no Fundo, mas não alterou nenhuma participação de voto. A 17ª Revisão passou sem conclusão. O trabalho foi adiado silenciosamente para 2028. As Spring Meetings deste mês são o primeiro grande momento de prestação de contas desde que esses prazos expiraram. A falta de alcançar um realinhamento significativo seria uma escolha, não um descuido”

Saúde

Em Saúde, reportamos o avanço do projeto genocida na Palestina e na Ásia Ocidental (como nos comprometemos a fazer): trazendo a atualização sobre o número de vítimas e uma análise sobre o constante alvejamento dos profissionais da comunicação. Por fim, um comentário sobre o Dia Mundial da Saúde e a crise de saúde na União Europeia, denunciada por sindicatos.

O genocídio em Gaza não cessou. Dados do Ministério da Saúde de Gaza de 12 de abril, reportados pela agência Anadolu, indicam que dois cadáveres e oito feridos chegaram a hospitais nas últimas 24 horas, elevando o número de mortos de 72.329 pessoas e 172.192 feridos – importante lembrar que o número estimado pelo Ministério da Saúde de Gaza é provavelmente inferior ao número real, como estimou um estudo de 2024 publicado pela *The Lancet*. O cessar-fogo que entrou em vigor em 10 de outubro de 2025 não foi respeitado: as forças militares israelenses continuaram a violar o cessar-fogo por meio de bombardeios e

disparos que causaram mais mortes e feridos. Desde o cessar-fogo, pelo menos 750 pessoas foram mortas e 2.090 outras ficaram feridas, enquanto 760 corpos foram recuperados.

Paralelamente ao alvejamento de civis, trabalhadores da saúde, sindicalistas e crianças, Israel segue alvejando sistematicamente os profissionais de comunicação. "Quarta-feira, 8 de março, marcou mais um dia sangrento para os trabalhadores da mídia na região da Ásia Ocidental, depois que Israel assassinou um jornalista na Faixa de Gaza e duas figuras da mídia no Líbano."

Mohammed Wishah, correspondente da *Al Jazeera Mubasher*, foi morto quando um ataque de drone israelense atingiu um carro no qual ele viajava na rua al-Rashid, a oeste da cidade de Gaza. Wishah é um dos pelo menos 262 jornalistas mortos desde que Israel iniciou sua agressão genocida em outubro de 2023. A *Al Jazeera Media Network* denunciou que o assassinato "não foi um ato aleatório, mas um crime deliberado e direcionado com a intenção de intimidar jornalistas e impedi-los de realizar seus deveres profissionais."

No mesmo dia, dois trabalhadores da mídia libanesa foram assassinados nos massacres que Israel cometeu em diferentes partes do Líbano. Suzan Khalil era apresentadora e produtora da *Al-Manar* e da *Al-Nour* e foi morta em um ataque aéreo israelense na cidade de Kayfoun. Ghada Dayekh era jornalista da rádio *Sawt al-Farah* e morreu quando um ataque aéreo israelense atingiu o prédio onde ela morava, na cidade costeira sul de Tiro. O número de trabalhadores da mídia mortos por Israel no Líbano desde outubro de 2023 chegou a 24, com o número de trabalhadores da mídia assassinados pelas Forças de Ocupação Israelenses (FOI) em toda a região se aproximando de 320 nos últimos 2 anos.

Jodie Ginsberg, CEO do Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ), afirmou que o assassinato de Wishah segue "um padrão que temos visto consistentemente desde 7 de outubro." Ela acrescentou que a morte de pelo menos 262 jornalistas em Gaza nos últimos dois anos e meio "faz de Israel o maior assassino de jornalistas" desde que o CPJ começou a documentar essas mortes em 1992.

Em 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, os sindicatos de serviços públicos da Europa soaram o alarme sobre uma emergência sanitária em toda a União Europeia: "No Dia Mundial da Saúde, os sindicatos de serviços públicos na Europa estão soando o alarme sobre uma emergência sanitária em toda a região - com um quarto da população da União Europeia incapaz de acessar cuidados de saúde em 2025." A crise coincide com os adiamentos do Plano de Crise da Força de Trabalho em Saúde do Parlamento Europeu.

A Federação Europeia de Sindicatos de Serviços Públicos (EPSU) enfatizou vários problemas enfrentados pelos pacientes como resultado das políticas de austeridade e do investimento inadequado nos sistemas públicos de saúde.

Como observado em muitos países desta região e além, os longos tempos de espera estão inequivocamente conectados à escassez crônica de força de trabalho no setor de saúde. No entanto, os planos atuais dos governos e da UE falham em reconhecer a gravidade da situação, com enfermeiros, paramédicos, médicos e outros trabalhadores da saúde arcando com o peso dos baixos salários e da alta carga de trabalho.

"Por trás desses números está um problema sistêmico: escassez crônica de pessoal, anos de austeridade e a crescente privatização dos sistemas de saúde", disse Jan Willem Goudriaan,

Secretário-Geral da EPSU, no Dia Mundial da Saúde. "Quando um em cada quatro europeus não consegue acessar cuidados, o sistema não está falhando, está entrando em colapso."

Para enfrentar a crise, a confederação alerta que a UE e seus membros devem alterar seu curso – alocando mais recursos para os sistemas públicos de saúde para atingir níveis seguros de pessoal e valorizando a contribuição de todos os trabalhadores da saúde – uma nota de particular importância, uma vez que são relatadas tendências de excluir alguns grupos de trabalhadores dos planos setoriais. "De médicos a paramédicos, de recepcionistas a faxineiros, cada trabalhador é um elo vital na cadeia de garantia de cuidados de qualidade", disse Adam Rogalewski, oficial de políticas de saúde e serviços sociais da EPSU. "Você não pode escolher um grupo, apoiar apenas ele, e esperar que todo o sistema funcione."

Há anos, a EPSU insiste em medidas em toda a UE que fortaleceriam os sistemas de saúde, investindo mais no setor público e expandindo a força de trabalho. Apenas no ano passado, a confederação lançou sua própria proposta para um plano de crise da força de trabalho em saúde, baseada na melhoria de salários e condições de trabalho, no reconhecimento da saúde como um bem público e na reversão da comercialização deste setor, entre outras coisas."

Fazendo uma conexão com o tema da saúde como direito universal, tratado no informe anterior com o legado da 8ª Conferência Nacional de Saúde: o SUS foi construído sobre os princípios da descentralização, integralidade e participação comunitária. A crise europeia revela o que acontece quando esses princípios são abandonados em nome da austeridade e da privatização.